



Número: **0702938-81.2024.8.07.9000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **Primeira Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete da Juíza de Direito Rita de Cássia de Cerqueira Lima Rocha**

Endereço: **SMAS Trecho 3 Lotes 04/06, Salas 208 e 209, Bloco 1, 2º andar, Setores**

**Complementares, BRASÍLIA - DF, CEP: 70610-906**

Última distribuição : **05/12/2024**

Valor da causa: **R\$ 1.913,91**

Processo referência: **0719179-13.2024.8.07.0018**

Assuntos: **Multas e demais Sanções**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
HAMILTON PEREIRA DA SILVA (AGRAVANTE)	
	AUGUSTO CESAR DOS SANTOS SABINO (ADVOGADO) KARINA AMORIM SAMPAIO COSTA (ADVOGADO)
DISTRITO FEDERAL (AGRAVADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
69479161	11/03/2025 00:14	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão
68215923	11/03/2025 00:14	<a href="#">Relatório</a>	Relatório
68215924	11/03/2025 00:14	<a href="#">Voto do Magistrado</a>	Voto
68215926	11/03/2025 00:14	<a href="#">Ementa</a>	Ementa

Órgão	Primeira Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL
Processo N.	AGRAVO DE INSTRUMENTO 0702938-81.2024.8.07.9000
AGRAVANTE(S)	HAMILTON PEREIRA DA SILVA
AGRAVADO(S)	DISTRITO FEDERAL
Relator	Juiz EDILSON ENEDINO DAS CHAGAS
Acórdão Nº	1973836

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA DE URGÊNCIA. MULTA APLICADA PELO TCDF. PRESCRIÇÃO. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME

1. Agravo de instrumento interposto pela parte autora contra decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência para suspender a exigibilidade da multa imposta pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) no Processo Administrativo nº 33.214/2014-e; o agravante sustenta a prescrição do crédito, haja vista que o fato gerador da multa ocorreu em 2012, enquanto a notificação sobre sua aplicação apenas se deu em 2024.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

2. Há duas questões em discussão: (i) verificar a provável prescrição do crédito cobrado pelo TCDF, considerando o princípio da unicidade da interrupção prescricional; e (ii) analisar a presença dos requisitos para a concessão da tutela de urgência, diante do risco de dano grave ao agravante.

III. RAZÕES DE DECIDIR

3. Prescrição da cobrança: O entendimento consolidado pelo STF e STJ estabelece que a prescrição pode ser interrompida apenas uma vez, nos termos do art. 202 do Código Civil e art. 8º do Decreto nº



20.910/1932; a jurisprudência do STF reforça que a interrupção múltipla resultaria na imprescritibilidade das cobranças efetuadas pelos Tribunais de Contas.

4. Presença dos requisitos da tutela de urgência: restou demonstrado o perigo de dano grave e de difícil reparação, pois a exigência da multa pode resultar em inscrição em dívida ativa e restrições creditícias; a suspensão da exigibilidade não implica em perigo de irreversibilidade, pois apenas impede a cobrança até o julgamento definitivo.

5. Probabilidade do direito: diante da data do fato gerador (2012) e da notificação tardia (2024), há forte indício de prescrição do crédito, justificando a suspensão da cobrança até a análise final do mérito da ação principal.

**IV. DISPOSITIVO**

6. Agravo provido para suspender a exigibilidade da multa imposta pelo TCDF e do parcelamento vinculado ao Processo Administrativo nº 33.214/2014-e, até o julgamento definitivo do mérito na ação principal. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, ante o disposto na Súmula 41 da Turma de Uniformização dos Juizados Especiais do Distrito Federal.

*Dispositivos relevantes citados:* CF/1988, art. 5º, XXXV; Código Civil, art. 202; Decreto nº 20.910/1932, art. 8º; CPC/2015, art. 995, parágrafo único; art. 1.019, I.

*Jurisprudência relevante citada:* STF, MS 38627/DF, Rel. Min. André Mendonça, Segunda Turma, DJe 28-04-2023; STJ, REsp 1963067-MS, Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 22/02/2022; STJ, REsp 1786266-DF, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, 4ª Turma, julgado em 11/10/2022.

**ACÓRDÃO**

Acordam os Senhores Juízes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, EDILSON ENEDINO DAS CHAGAS - Relator, LUIS EDUARDO YATSUDA ARIMA - 1º Vogal e ANTONIO FERNANDES DA LUZ - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz ANTONIO FERNANDES DA LUZ, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDO. PROVIDO. UNÂNIME., de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 28 de Fevereiro de 2025



## RELATÓRIO

Relatório dispensado, na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/1995.

## VOTOS

### O Senhor Juiz EDILSON ENEDINO DAS CHAGAS - Relator

Encontram-se formalizados e atendidos os pressupostos de admissibilidade do presente agravo de instrumento, a teor do que prevê o art. 1.017 do Código de Processo Civil.

**Contrarrazões** apresentadas (ID 68180331).

Nos termos do art. 80 do Regimento Interno das Turmas Recursais do TJDF, são as seguintes as hipóteses de cabimento do agravo de instrumento:

[...]

Art. 80. É cabível o agravo de instrumento contra decisão:

I - que **deferir ou indeferir providências cautelares ou antecipatórias de tutela, nos juizados especiais da fazenda pública;**

II - no incidente de desconsideração da personalidade jurídica nos juizados especiais cíveis;

III - não atacável por outro recurso, desde que fundado na ocorrência de erro de procedimento ou de ato apto a causar dano irreparável ou de difícil reparação na fase de execução ou de cumprimento de sentença.

[...]



Ainda, a Súmula n.º 7 das Turmas de Uniformização de Jurisprudência acrescenta àquelas hipóteses quando decisão negar seguimento a recurso inominado:

#### Súmula n.º 7

Cabe agravo de instrumento contra decisão que nega seguimento a recurso inominado, contra atos praticados nas execuções e no cumprimento de sentença, não impugnáveis por outro recurso, desde que fundado na alegação da ocorrência de erro de procedimento ou contra ato apto a causar dano irreparável ou de difícil reparação.

PUJ 2018.00.2.000587-3, Turma de Uniformização, publicado no DJe: 4/9/2018, pág. 826.

Nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, a concessão da tutela de urgência depende da presença de elementos que evidenciem a **probabilidade do direito** e o **perigo de dano** ou o **risco ao resultado útil do processo**.

Para tanto, é necessário que o magistrado identifique na demanda elementos fáticos (alegações verossímeis e/ou provas) que permitam, em sede de **cognição sumária**, estabelecer um convencimento acerca da probabilidade de existência do direito do demandante.

Igualmente, deve estar caracterizada a urgência, consubstanciada na constatação de que a demora para a concessão da tutela definitiva poderá expor o direito a ser tutelado, ou o resultado útil do processo, a (grave) prejuízo, o que justificaria o deferimento da medida excepcional.

O Agravante se insurge contra a seguinte decisão (ID 216971620 – autos originais):

[...]

A antecipação dos efeitos da tutela é medida de caráter excepcional e tem sua aplicação nos casos que demandem urgente apreciação da matéria, sob iminente possibilidade de perecimento do direito do autor ou dano irreversível.



Nesta fase de cognição sumária, não há como aferir, de plano, a partir dos elementos que instruem os autos, a plausibilidade do direito invocado. Entendo necessários maiores esclarecimentos e mais elementos de convicção quanto aos fatos afirmados na inicial, notadamente quanto à prescrição alegada, inclusive no que se refere a eventuais causas suspensivas e interruptivas do prazo prescricional, o que somente será possível após o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Ressalte-se, ademais, a disposição contida no artigo 487, parágrafo único, do CPC, de que "ressalvada a hipótese do § 1º do art. 332, a prescrição e a decadência não serão reconhecidas sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se."

Neste contexto, afastada está a presença dos requisitos autorizadores da medida antecipatória requerida, razão pela qual a **INDEFIRO**.

[...] (grifei)

No caso em comento, entendo que **restaram demonstradas** a probabilidade do direito e o risco de lesão grave ou de difícil reparação; é que o agravante, ao menos em cognição sumária, demonstrou que o fato gerador da multa aplicada pelo TCDF ocorreu em 2012, ao passo que a notificação sobre a aplicação da multa apenas se deu em 4/9/2024 (ID 216236857); na forma do art. 202 do Código Civil e art. 8º do Decreto nº 20.910/1932, a prescrição será interrompida uma única vez, de forma que, mesmo considerando eventual interrupção do prazo prescricional, há clara probabilidade de que o crédito esteja prescrito.

Cumpre destacar que o STJ e o STF possuem entendimento assente de que, à luz do **princípio da unicidade da interrupção prescricional**, a prescrição só pode ser interrompida uma única vez para a mesma relação jurídica (STJ. 3ª Turma. REsp 1963067-MS, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 22/02/2022; STJ. 4ª Turma. REsp 1786266-DF, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, julgado em 11/10/2022; STF, Plenário, ACO 493, rel. min. Carlos Velloso, DJ de 21-8-1998; STF, MS 38627/DF, Rel. Min. ANDRÉ MENDONÇA, Segunda Turma, DJe 28-04-2023), sob pena de cancelar a tese da imprescritibilidade das apurações levadas a efeito pelos Tribunais de Contas:

**AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. PRETENSÃO PUNITIVA E RESSARCITÓRIA. PRESCRIÇÃO. NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA PREVISIBILIDADE E DA**



**SEGURANÇA JURÍDICA. MARCOS INTERRUPTIVOS. INCIDÊNCIA DO “PRINCÍPIO DA UNICIDADE DA INTERRUPÇÃO PRESCRICIONAL” (ART. 202, CAPUT, DO CÓDIGO CIVIL).** SEGURANÇA CONCEDIDA. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO. 1. A prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória do TCU é quinquenal, porquanto regulada pela Lei nº 9.873/1999 ( MS nº 32.201, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 7.8.2017). 2. O termo inicial do prazo prescricional deve coincidir com o momento em que a Corte de Contas tem ciência dos fatos ( ADI nº 5.509 e RE-RG nº 636.553, Tema 445 da repercussão geral). 3. **Admitir-se que o prazo prescricional possa ser interrompido por um número indeterminado de vezes, bastando que para isso se verifique a ocorrência de uma das causas previstas no art. 2º da Lei nº 9.873/1999, seria o mesmo que, na prática, cancelar a tese da imprescritibilidade das apurações levadas a efeito pelo TCU**, o que não encontra ressonância no ordenamento jurídico brasileiro. Necessidade de preservação da previsibilidade e da segurança jurídica nas relações existentes entre a Corte de Contas e as pessoas e entidades sujeitas a seu controle. Incidência do **“Princípio da unicidade da interrupção prescricional” (art. 202, caput, do Código Civil).** 4. Os marcos interruptivos devem traduzir medidas inequívocas de apuração de condutas individualmente descritas e imputadas à pessoa investigada ( MS nº 37.664, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; e MS nº 38.250, Rel. Min. Nunes Marques). 5. No caso, a citação para o processo de tomada de contas especial constituiu a primeira medida inequívoca de apuração da conduta individualmente descrita, imputada à pessoa do impetrante, de modo que deve ser considerada a única causa interruptiva do prazo prescricional. Prescrição da pretensão ressarcitória e punitiva do TCU caracterizada. Segurança concedida. 6. Agravo regimental provido.

(STF - MS: 38627 DF, Relator: Min. ANDRÉ MENDONÇA, Data de Julgamento: 13/04/2023, Segunda Turma, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 27-04-2023 PUBLIC 28-04-2023) (grifei)

De igual forma, o risco de lesão grave é evidente, pois a não suspensão da exigibilidade da multa pode acarretar na inscrição em dívida ativa do débito, inscrição nos órgãos de proteção ao crédito, além de eventual execução, não havendo perigo de irreversibilidade da medida (art. 300, § 3º, do CPC), pois apenas está sendo suspensa a sua exigibilidade.



Portanto, entendo que estão **presentes** os requisitos estampados no art. 1.019, inciso I, do CPC, razão pela qual forçosa a reforma da decisão interlocutória para conceder a tutela de urgência requerida, até o julgamento do mérito no processo principal.

À vista de tais parâmetros, voto pelo **conhecimento e provimento** do recurso, a fim de confirmar a decisão monocrática de ID 67198909 e determinar a suspensão da exigibilidade da multa e do parcelamento objeto do Processo Administrativo nº 33214/2014-e, proveniente do TCDF, assim como de quaisquer medidas decorrentes do seu não pagamento no prazo de vencimento, até o julgamento do mérito nos autos do PJe 0719179-13.2024.8.07.0018.

Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, ante o disposto na Súmula 41 da Turma de Uniformização dos Juizados Especiais do Distrito Federal.

É como voto.

**O Senhor Juiz LUIS EDUARDO YATSUDA ARIMA - 1º Vogal**

Com o relator

**O Senhor Juiz ANTONIO FERNANDES DA LUZ - 2º Vogal**

Com o relator

## DECISÃO

CONHECIDO. PROVIDO. UNÂNIME.





Relatório dispensado, na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/1995.



Encontram-se formalizados e atendidos os pressupostos de admissibilidade do presente agravo de instrumento, a teor do que prevê o art. 1.017 do Código de Processo Civil.

**Contrarrazões** apresentadas (ID 68180331).

Nos termos do art. 80 do Regimento Interno das Turmas Recursais do TJDF, são as seguintes as hipóteses de cabimento do agravo de instrumento:

[...]

Art. 80. É cabível o agravo de instrumento contra decisão:

I - que **deferir ou indeferir providências cautelares ou antecipatórias de tutela, nos juizados especiais da fazenda pública;**

II - no incidente de desconconsideração da personalidade jurídica nos juizados especiais cíveis;

III - não atacável por outro recurso, desde que fundado na ocorrência de erro de procedimento ou de ato apto a causar dano irreparável ou de difícil reparação na fase de execução ou de cumprimento de sentença.

[...]

Ainda, a Súmula n.º 7 das Turmas de Uniformização de Jurisprudência acrescenta àquelas hipóteses quando decisão negar seguimento a recurso inominado:

**Súmula n.º 7**

Cabe agravo de instrumento contra decisão que nega seguimento a recurso inominado, contra atos praticados nas execuções e no cumprimento de sentença, não impugnáveis por outro recurso, desde que fundado na alegação da ocorrência de erro de procedimento ou contra ato apto a causar dano irreparável ou de difícil reparação.



Nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, a concessão da tutela de urgência depende da presença de elementos que evidenciem a **probabilidade do direito** e o **perigo de dano** ou o **risco ao resultado útil do processo**.

Para tanto, é necessário que o magistrado identifique na demanda elementos fáticos (alegações verossímeis e/ou provas) que permitam, em sede de **cognição sumária**, estabelecer um convencimento acerca da probabilidade de existência do direito do demandante.

Igualmente, deve estar caracterizada a urgência, consubstanciada na constatação de que a demora para a concessão da tutela definitiva poderá expor o direito a ser tutelado, ou o resultado útil do processo, a (grave) prejuízo, o que justificaria o deferimento da medida excepcional.

O Agravante se insurge contra a seguinte decisão (ID 216971620 – autos originais):

[...]

A antecipação dos efeitos da tutela é medida de caráter excepcional e tem sua aplicação nos casos que demandem urgente apreciação da matéria, sob iminente possibilidade de perecimento do direito do autor ou dano irreversível.

Nesta fase de cognição sumária, não há como aferir, de plano, a partir dos elementos que instruem os autos, a plausibilidade do direito invocado. Entendo necessários maiores esclarecimentos e mais elementos de convicção quanto aos fatos afirmados na inicial, notadamente quanto à prescrição alegada, inclusive no que se refere a eventuais causas suspensivas e interruptivas do prazo prescricional, o que somente será possível após o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Ressalte-se, ademais, a disposição contida no artigo 487, parágrafo único, do CPC, de que "ressalvada a hipótese do § 1º do art. 332, a prescrição e a decadência não serão reconhecidas sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se."

Neste contexto, afastada está a presença dos requisitos autorizadores da medida antecipatória requerida, razão pela qual a **INDEFIRO**.



[...] (grifei)

No caso em comento, entendo que **restaram demonstradas** a probabilidade do direito e o risco de lesão grave ou de difícil reparação; é que o agravante, ao menos em cognição sumária, demonstrou que o fato gerador da multa aplicada pelo TCDF ocorreu em 2012, ao passo que a notificação sobre a aplicação da multa apenas se deu em 4/9/2024 (ID 216236857); na forma do art. 202 do Código Civil e art. 8º do Decreto nº 20.910/1932, a prescrição será interrompida uma única vez, de forma que, mesmo considerando eventual interrupção do prazo prescricional, há clara probabilidade de que o crédito esteja prescrito.

Cumpre destacar que o STJ e o STF possuem entendimento assente de que, à luz do **princípio da unicidade da interrupção prescricional**, a prescrição só pode ser interrompida uma única vez para a mesma relação jurídica (STJ. 3ª Turma. REsp 1963067-MS, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 22/02/2022; STJ. 4ª Turma. REsp 1786266-DF, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, julgado em 11/10/2022; STF, Plenário, ACO 493, rel. min. Carlos Velloso, DJ de 21-8-1998; STF, MS 38627/DF, Rel. Min. ANDRÉ MENDONÇA, Segunda Turma, DJe 28-04-2023), sob pena de cancelar a tese da imprescritibilidade das apurações levadas a efeito pelos Tribunais de Contas:

AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. PRETENSÃO PUNITIVA E RESSARCITÓRIA. **PRESCRIÇÃO. NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA PREVISIBILIDADE E DA SEGURANÇA JURÍDICA. MARCOS INTERRUPTIVOS. INCIDÊNCIA DO “PRINCÍPIO DA UNICIDADE DA INTERRUÇÃO PRESCRICIONAL” (ART. 202, CAPUT, DO CÓDIGO CIVIL).** SEGURANÇA CONCEDIDA. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO. 1. A prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória do TCU é quinquenal, porquanto regulada pela Lei nº 9.873/1999 ( MS nº 32.201, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 7.8.2017). 2. O termo inicial do prazo prescricional deve coincidir com o momento em que a Corte de Contas tem ciência dos fatos ( ADI nº 5.509 e RE-RG nº 636.553, Tema 445 da repercussão geral). 3. **Admitir-se que o prazo prescricional possa ser interrompido por um número indeterminado de vezes, bastando que para isso se verifique a ocorrência de uma das causas previstas no art. 2º da Lei nº 9.873/1999, seria o mesmo que, na prática, cancelar a tese da imprescritibilidade das apurações levadas a efeito pelo TCU, o que não encontra ressonância no**



ordenamento jurídico brasileiro. Necessidade de preservação da previsibilidade e da segurança jurídica nas relações existentes entre a Corte de Contas e as pessoas e entidades sujeitas a seu controle. Incidência do “**Princípio da unicidade da interrupção prescricional**” (art. 202, caput, do Código Civil).

4. Os marcos interruptivos devem traduzir medidas inequívocas de apuração de condutas individualmente descritas e imputadas à pessoa investigada ( MS nº 37.664, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; e MS nº 38.250, Rel. Min. Nunes Marques). 5. No caso, a citação para o processo de tomada de contas especial constituiu a primeira medida inequívoca de apuração da conduta individualmente descrita, imputada à pessoa do impetrante, de modo que deve ser considerada a única causa interruptiva do prazo prescricional. Prescrição da pretensão ressarcitória e punitiva do TCU caracterizada. Segurança concedida. 6. Agravo regimental provido.

(STF - MS: 38627 DF, Relator: Min. ANDRÉ MENDONÇA, Data de Julgamento: 13/04/2023, Segunda Turma, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 27-04-2023 PUBLIC 28-04-2023) (grifei)

De igual forma, o risco de lesão grave é evidente, pois a não suspensão da exigibilidade da multa pode acarretar na inscrição em dívida ativa do débito, inscrição nos órgãos de proteção ao crédito, além de eventual execução, não havendo perigo de irreversibilidade da medida (art. 300, § 3º, do CPC), pois apenas está sendo suspensa a sua exigibilidade.

Portanto, entendo que estão **presentes** os requisitos estampados no art. 1.019, inciso I, do CPC, razão pela qual forçosa a reforma da decisão interlocutória para conceder a tutela de urgência requerida, até o julgamento do mérito no processo principal.

À vista de tais parâmetros, voto pelo **conhecimento** e **provimento** do recurso, a fim de confirmar a decisão monocrática de ID 67198909 e determinar a suspensão da exigibilidade da multa e do parcelamento objeto do Processo Administrativo nº 33214/2014-e, proveniente do TCDF, assim como de quaisquer medidas decorrentes do seu não pagamento no prazo de vencimento, até o julgamento do mérito nos autos do PJe 0719179-13.2024.8.07.0018.

Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, ante o disposto na Súmula 41 da Turma de Uniformização dos Juizados Especiais do Distrito Federal.

É como voto.



DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA DE URGÊNCIA. MULTA APLICADA PELO TCDF. PRESCRIÇÃO. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.

**I. CASO EM EXAME**

1. Agravo de instrumento interposto pela parte autora contra decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência para suspender a exigibilidade da multa imposta pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) no Processo Administrativo nº 33.214/2014-e; o agravante sustenta a prescrição do crédito, haja vista que o fato gerador da multa ocorreu em 2012, enquanto a notificação sobre sua aplicação apenas se deu em 2024.

**II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO**

2. Há duas questões em discussão: (i) verificar a provável prescrição do crédito cobrado pelo TCDF, considerando o princípio da unicidade da interrupção prescricional; e (ii) analisar a presença dos requisitos para a concessão da tutela de urgência, diante do risco de dano grave ao agravante.

**III. RAZÕES DE DECIDIR**

3. Prescrição da cobrança: O entendimento consolidado pelo STF e STJ estabelece que a prescrição pode ser interrompida apenas uma vez, nos termos do art. 202 do Código Civil e art. 8º do Decreto nº 20.910/1932; a jurisprudência do STF reforça que a interrupção múltipla resultaria na imprescritibilidade das cobranças efetuadas pelos Tribunais de Contas.

4. Presença dos requisitos da tutela de urgência: restou demonstrado o perigo de dano grave e de difícil reparação, pois a exigência da multa pode resultar em inscrição em dívida ativa e restrições creditícias; a suspensão da exigibilidade não implica em perigo de irreversibilidade, pois apenas impede a cobrança até o julgamento definitivo.

5. Probabilidade do direito: diante da data do fato gerador (2012) e da notificação tardia (2024), há forte indício de prescrição do crédito, justificando a suspensão da cobrança até a análise final do mérito da ação principal.

**IV. DISPOSITIVO**



6. Agravo provido para suspender a exigibilidade da multa imposta pelo TCDF e do parcelamento vinculado ao Processo Administrativo nº 33.214/2014-e, até o julgamento definitivo do mérito na ação principal. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, ante o disposto na Súmula 41 da Turma de Uniformização dos Juizados Especiais do Distrito Federal.

---

*Dispositivos relevantes citados:* CF/1988, art. 5º, XXXV; Código Civil, art. 202; Decreto nº 20.910/1932, art. 8º; CPC/2015, art. 995, parágrafo único; art. 1.019, I.

*Jurisprudência relevante citada:* STF, MS 38627/DF, Rel. Min. André Mendonça, Segunda Turma, DJe 28-04-2023; STJ, REsp 1963067-MS, Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 22/02/2022; STJ, REsp 1786266-DF, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, 4ª Turma, julgado em 11/10/2022.

